

APROPUC E AFAPUC SE POSICIONAM CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO

Câmara adia novamente a votação do projeto

Na terça-feira, 13/11, depois de duas sessões tumultuadas na Câmara dos Deputados a votação do texto do Projeto de Lei da Escola Sem Partido foi novamente adiada. Já é a terceira vez em que a votação do nefasto projeto é adiada. Manifestantes de diversos movimentos sociais cobraram dos deputados que apoiam o projeto um mínimo de respeito à educação brasileira.

A APROPUC e a AFAPUC se manifestam veementemente contra a aprovação do Escola Sem Partido entendendo que o Projeto constitui-se num atentado à liberdade de expressão sem precedentes na educação brasileira. Como já foi expresso em edições anteriores, as associações de docentes e funcionários administrativos da PUC-SP "defendem o livre pensar e a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, ler, publicar e divulgar por todos os meios a cultura, o conhecimen-

to, o pensamento, as artes e o saber, sem qualquer tipo de censura ou repressão; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; a laicidade e o respeito pela liberdade religiosa, de crença e de não-crença, sem imposição e/ou coerção em favor ou desfavor de qualquer tipo de doutrina religiosa ou da ausência dela; a educação contra o preconceito, a violência, a exclusão social e a estigmatização das pessoas pela cor da pele, origem ou condição social, deficiência, nacionalidade, orientação sexual, identidade e/ou expressão de gênero ou qualquer outro pretexto discriminatório; o respeito à pluralidade étnica, religiosa, ideológica e política e à livre manifestação da orientação sexual e da identidade e/ou expressão de gênero."

O atual PL, sustentado fundamentalmente por aqueles que defenderam a candidatura de extrema-direita de Jair Bolsonaro,

Reitora se manifesta em entrevista à TVT

Em entrevista divulgada pela TV dos Trabalhadores a reitora se manifestou sobre a Escola sem Partido. Para Maria Amalia a PUC-SP é uma universidade de muitos partidos e está aberta a todos os partidos. Para ela "ouvimos muitos relatos desta tensão e na PUC-SP não pecebo isto. Pela sua construção a PUC-SP ficou vacinada de um debate tão irracional"

Lembrando o papel que

Nadir Kfoury exerceu na universidade o entrevistador e sobrinho da ex-reitora, Juca Kfoury, lembrou o papel de resistência da PUC-SP. A reitora respondeu que a PUC-SP tem sua importância sedimentada na resistência e que a universidade nunca voltou as costas para o mundo e para o Brasil.

"Estamos prontos para brigar e ser o lugar de resistência e de novos rumos para o Brasil" finalizou a reitora.

configura-se como um ataque aos educadores brasileiros, na medida em que proíbe professores promovam "opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias, instaurando uma verdadeira censura nas salas de aula; proíbe políticas de ensino e currículo escolar que tratem sobre questões de gênero e orientação sexual; exclui a participação do poder público no processo de ama-

durecimento sexual do aluno.

REAÇÃO DAS UNIVERSIDADES

Vários reitores de universidades já se posicionaram contra a adoção dos princípios da Escola Sem Partido. A reitora da PUC-SP Maria Amalia Andery, participou do Programa

continua na próxima página

**PROFESSOR
ASSOCIE-SE À
APROPUC**

**FUNCIONÁRIO
Fortaleça sua entidade!
Associe-se
à AFAPUC**

continuação da página anterior

Entrevistas, da TV dos Trabalhadores, veja a posição da reitora na página anterior.

Já o reitor da Universidade de São Paulo, Vahan Agopyan, declarou que o Escola Sem Partido não entra em sua universidade: "Na USP, é impossível. Obedecemos às leis, mas coisas que ferem nossa autonomia, a USP não precisa seguir. Isso fere. A universidade é um locus de debate. Formamos cidadãos".

Também o governador do Maranhão Flávio Dino (PCdoB), assinou, nesta segunda-feira 12/11, um decreto em resposta ao projeto "Escola sem Partido". Reeleito para o segundo mandato ainda no primeiro turno das eleições deste ano, Dino assim anunciou a decisão "Falar em 'Escola Sem Partido' tem servido para encobrir propósitos autoritários incompatíveis com a nossa Constituição e com uma educação digna", escreveu o governador maranhense, na publicação. Em Alagoas uma lei semelhante a que os direitistas querem aprovar neste momento foi suspensa. Apesar de valer apenas para o caso de Alagoas, a expectativa é que a decisão do plenário do Supremo indique o entendimento da corte sobre o tema. O resultado poderá estabelecer parâmetros para um eventual julgamento do Escola sem Partido federal, caso o projeto seja aprovado no Congresso e acabe questionado no Supremo.

Entidade de professores de todo o país também tem se manifestado contra o retrógrado projeto de lei. O Sinpro-SP lançou em suas páginas na Intranet um manifesto que conta com a assinatura de numerosos professores e intelectuais. O Andes-SN, a Contee, também seguiram na mesma linha.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Na terça-feira, 13/11 uma audiência pública lotou o auditório da Câmara Municipal de São Paulo, contando com a participação de entidades e professores de vários níveis da educação. O deputado Carlos Giannazzi, organizador do evento defende que "O próprio nome "Escola Sem Partido" já traz em si a intenção de ludibriar a opinião pública. Ninguém defende o proselitismo político-partidário. Aliás, se o sistema educacional brasileiro tem um partido, ele é de direita, pois inculca nos alunos a submissão e a ideologia das elites econômicas, reproduzindo preconceitos e desigualdades sociais. E só se quebra isso com projetos pedagógicos libertadores, como o de Paulo Freire. O que se defende é a formação de uma consciência crítica que permita às classes desfavorecidas se reconhecerem como tal, percebendo as relações que as oprimem e exploram".

Nos próximos dias o Projeto de Lei deverá voltar à Comissão da Câmara dos Deputados em Brasília, para depois seguir para votação em plenário.

APROPUC apresenta seu balanço anual

Abaixo reproduzimos o balanço da APROPUC referente ao ano de 2017

ATIVO

Circulante Disponível

Caixa e Bancos	216.974,78
Total de Disponibilidade	216.974,78

Permanente

Edifício	633.162,00
Equipamentos	1.131,95
Equipamentos de Informática	2.280,08
Valor Original	636.574,03
Provisão de Depreciação	633.162,00

Total do Ativo	220.386,81
-----------------------	-------------------

PASSIVO

Circulante

Impostos	136,15
----------	--------

Patrimônio Social	223.889,25
--------------------------	-------------------

Déficit do Exercício	-3.638,59
-----------------------------	------------------

Total do Passivo	220.386,81
-------------------------	-------------------

Demonstrativo dos Resultados em 31 de dezembro de 2017

Receitas

Contribuição de Associados	640.184,64
----------------------------	------------

Total de Receitas	640.184,64
--------------------------	-------------------

Despesas

Pessoal	149.624,29
Operacionais	493.218,94
Financeiras	980,00

Total das Despesas	643.823,23
---------------------------	-------------------

Déficit do Exercício	3.638,59
-----------------------------	-----------------

Marcos Renato Pinto Rodrigues
Contador - CRC 1SP233540

João Batista Teixeira da Silva
Presidente

Jason Tadeu Borba
1º Tesoureiro

Consun inicia discussão do texto do novo estatuto

O Conselho Universitário extraordinário de quarta-feira, 14/11, iniciou a discussão do estatuto da Universidade. A reitoria manteve a data de 15/12 para término do texto, uma vez que até o momento não aconteceu nenhuma manifestação de D. Odilo sobre o pedido de prorrogação do prazo.

Foi estabelecido pelo plenário, seguindo o regulamento do conselho universitário, que as sessões, que são públicas, podem ter manifestações de interessados que não fazem parte do conselho, com a permissão da plenária.

Também foi exigido a presença de 2/3 do quórum dos membros para a votação das alterações dos artigos.

Na discussão sobre o capítulo I o artigo primeiro gerou muita polêmica, uma vez que uma das propostas envidas colocava a necessidade de que a PUC-SP tivesse uma personalidade jurídica, o que não acontece desde 2006, quando o CNPJ da Fundação e o da PUC-SP passaram a ser os mesmos.

O professor Antonio Carlos de Lacerda, diretor da Fea, sustentou que a manutenção de uma identidade própria era uma garantia para a autonomia e transparência da PUC-SP, evitando que situações como a compra de um prédio por parte da Fundasp não passasse pelo orçamento da PUC-SP.

A professora Madalena Peixoto, da Faculdade de Educação, argumentou que a existência de CNPJs diferentes não seria a garantia de uma plena auto-

nomia universitária, que só seria assegurada com a apropriação da gestão financeira da universidade. Por uma margem estreita este entendimento prevaleceu e assim a universidade continuará funcionando com o mesmo CNPJ da Fundasp.

AUTONOMIA

O artigo 2 do estatuto tratava da autonomia da universidade, garantida pela

Constituição e pela Lei de Diretrizes e Bases. A proposta enviada pelo Conselho Superior da Fundasp relativizava essa autonomia, dando maior poder à mantenedora. Com a maioria dos votos foi mantida a redação do estatuto anterior que garantia autonomia acadêmica, didática, financeira e de gestão patrimonial como reza a Constituição Federal a Lei de Diretrizes e Bases.

Foram discutidos ain-

da os artigos 3 e 4 do novo regimento e aprovados com algumas modificações. A pauta do dia indicava a discussão até o artigo 10, porém o teto da reunião terminou e ficou decidido que na próxima reunião, 21/11, o tempo dedicado aos debates será maior, devendo estender-se até 13hs. A próxima sessão deverá discutir a estrutura da universidade, incluindo a manutenção ou não dos departamentos.

ESTATUINTE

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

22\11
AUDITÓRIO
333
18h

MOVIMENTO

DIREITO EDUCAÇÃO

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

Sobre a vinda de D.Odilo Scherer à APROPUC

Madalena Guasco Peixoto

Prezados e prezadas colegas da Diretoria da ApropucSP.

Lendo a notícia do Jornal *PUC Viva* que relata a vinda do Grão-Chanceler da PUC à sede da entidade, o jornal ao noticiar a visita destaca, que, pela primeira vez, um Grão-Chanceler se reuniria com uma diretoria da Apropuc. Gostaria que fosse feito uma retificação porque essa afirmação não é verdadeira.

No período da Ditadura Militar o Grão-Chanceler Dom Paulo Evaristo Arns, não só se reuniu com as direções do movimento estudantil, como

também da Apropuc, para acolher o movimento de resistência e ajudar na luta pela retomada da democracia, e, depois, durante o período de retomada da democracia a direção da Apropuc esteve na Diocese por várias vezes com Dom Paulo discutindo os rumos da Universidade, chegamos inclusive a debater cláusulas do nosso acordo interno.

Nas várias passeatas que fizemos até a Diocese para defender a autonomia e a existência da PUC SP, o Grão-Chanceler se reuniu com as Direções dos Funcionários, Estudantes e Professores e acertamos vários encaminhamentos.

Se existe algo inédito, é

o fato do Grão-Chanceler Cardeal Dom Odilo Pedro Scherer ter vindo a sede da Apropuc, que agora, desde a minha última gestão como presidente da entidade, graças a contribuição de seus sócios na época, cons-

truímos uma sede própria. Antes a Apropuc tinha sede no prédio velho da PUC SP.

Profª Madalena Guasco Peixoto
vice-Presidente da ApropucSP de 1983 a 1991 e Presidente da ApropucSP de 1991 a 2002.

NOTA DA DIRETORIA

Recebemos a mensagem ao lado, aqui veiculada, mesmo entendendo que não houve erro de nossa parte na matéria a que se refere, ou pelo menos não foi da maneira como leu tal matéria que intencionamos escrevê-la, pois nunca nos ocorreu que teria sido a primeira vez em suas quatro décadas de existência que uma direto-

ria da entidade se reuniu com o Grão-Chanceler da Universidade, mas apenas que pela primeira vez recebemos uma tão ilustre visita em nossa sede, como bem indica a manchete que intitula a matéria em apreço e o parágrafo como um todo em que se situa a frase a que a colega se apregoou para prestar os esclarecimentos fornecidos.

AFAPUC solicita esclarecimentos sobre cancelamento das eleições da Cipa

A AFAPUC reuniu-se com a FUNDASP para solicitar esclarecimentos sobre o cancelamento das eleições da Cipa, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, que não obtiveram quorum qualificado. O Secretário executivo da Fundasp, padre Rodolpho Perazzolo informou que o assunto era da alçada da Divisão de Recursos Humanos e despachou para que sejam prestados à entidade os devidos esclarecimentos.

A entidade dos funcionários também relatou a situação do ambulatório médico que hoje, diferentemente de outros tem-

pos, atende apenas como medicina do trabalho, sem que seja dado atendimento adequado aos pacientes. A AFAPUC resgatou a história do ambulatório médico e sua importância para a comunidade, enfatizando a importância de se ter um médico no campus para que se preste um primeiro atendimento nas emergências.

O Secretário falou que não quer ter o peso em suas mãos, de não ter a possibilidade de salvar vidas, que a ideia é melhorar o atendimento para a comunidade e informou que a FUNDASP/DRH, estão terminando um es-

tudo, para contratação de um serviço de médico de Área Protegida, que será composto por paramédico e enfermeiro, atuando no atendimento de emergência e remoção do paciente o mais rápido possível para o hospital mais próximo. A AFAPUC solicitou ao secretário urgência no tocante a contratação desse serviço. Infelizmente um fato lamentável veio corroborar as preocupações da AFAPUC: no dia 13/11 uma aluna do curso de Jornalismo passou mal durante a aula e foi levada ao ambulatório onde foi precariamente medicada e conduzida de taxi para o hospi-

tal.

Quanto à festa de final de ano a AFAPUC acertou detalhes para que ela aconteça no dia 21/12, no campus Santana, contando com a anuência da Fundasp para a liberação dos funcionários às 12hs dessa data. Várias chefias apresentam obstáculos para liberação dos funcionários nessa data em virtude do grau de responsabilidade que o cargo demanda. Porém padre Rodolpho enfatizou que não via problema até por que a instituição vem mantendo a pratica de fazer meio expediente nesse dia, liberando assim os funcionários.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Centrais marcam mobilização para 22/11 em defesa da previdência

Em plenária unificada, realizada em São Paulo, as centrais sindicais oficializaram a retomada da mobilização em defesa da aposentadoria e da Previdência. A iniciativa é uma resposta às propostas de reforma em discussão pelo governo Temer e pelo presidente eleito Jair Bolsonaro que representam o fim da aposentadoria e dos direitos previdenciários dos trabalhadores.

O próximo dia 22/11 será um dia nacional de mobilização, com a realização de assembleias e panfletagens em todo o país. No dia 26/11, data que marca a criação do Ministério do Trabalho, as centrais realizarão manifestações em frente às Secretarias Regionais do Trabalho, em protesto à proposta do governo Bolsonaro de extinguir esse ministério.

Para os sindicalistas a Previdência não é deficitária e essa reforma não é necessária. Uma sindicalista da Conlutas destacou que para as mulheres a privatização da Previdência é ainda pior, como demonstra o exemplo do Chile, pois elas são mais afetadas pelo desemprego e precarização o que leva a uma aposentadoria ainda menor. Sindicatos, movimentos popular e social, vamos precisar fazer uma forte campanha, organizar a resistência e partir para o enfrentamento.

Durante a plenária o dirigente sindical chileno Mário Reinaldo relatou a situação dos operários do Chile, onde foi implantado um esquema de previdência privada nos moldes pretendidos pela equipe econômica de Bolsonaro. "No Chile, as AFPs

[fundos de pensão privados] fracassaram. Não cumpriram o objetivo, pois não dão pensões dignas. Lá um trabalhador recebe 33% do que recebiam antes de se aposentar, e uma trabalhadora menos ainda, apenas 25%. Por exemplo, de um salário de 700 dólares, homens só recebem 231 dólares de pensão e mulheres 175 dólares. Hoje, cerca de 2,5 milhões de pessoas recebem aposentadorias inferiores a um salário mínimo (424 dólares)", disse o dirigente sindical.

As centrais divulgaram ainda um documento com as principais reivindicações dos trabalhadores em relação à previdência. O texto pode ser acessado em https://www.dieese.org.br/documentossindicais/2018/Apresentacao_Principios_gerais.pdf

Movimentos negros programam manifestações para 20/11

No dia 20/11 os movimentos negros em todo o país estarão organizando manifestações em comemoração do Dia da Consciência Negra. Este ano as comemorações terão uma conotação especial pois 2018 marca os 130 anos da abolição da escravidão no Brasil.

Por outro lado as ameaças que Jair Bolsonaro vem lançando contra os movimentos sociais e particularmente contra negros e LGBTs fazem com que os movimentos ganhem uma força redobrada.

Aqui em São Paulo ocorrerá a 15ª edição da Marcha da Consciência Negra, na avenida Paulista, quando se recorda a memória de Zumbi dos Palmares.

A população negra de todo o país sofre com a constante perseguição policial da população pobre da qual os negros são uma maioria.

O presidente de extrema-direita Jair Bolsonaro anunciou que dará carta branca para o policial matar, e que um policial que, depois de atacado, não atira nos outros não exerce a profissão.

"Esse ato precisa ter esse caráter de associar toda a luta histórica que tivemos, para pensar numa emancipação de fato da população negra, junto da conjuntura que a gente vive hoje", afirma Pedro Pera, integrante da coordenação municipal e do setorial de negros do Levante Popular da Juventude.

Aeronáutica quer despejar 130 famílias no RJ

Na manhã de terça-feira, 13/11 os moradores da Comunidade Rádio Sonda na Ilha do Governador foram acordados por aparato militar da Aeronáutica fortemente armado que acompanhava um Oficial de Justiça na tentativa de remoção e demolição das casas de famílias trabalhadoras que vivem há décadas em casas construídas pela Aeronáutica e que hoje estão ameaçadas pelas obras de expansão do Aeroporto do Galeão. A partir de 2014, com a privatização do aeroporto do Galeão pelo governo federal, os moradores têm vivenciado uma intensificação das ameaças

de remoção por parte da Aeronáutica e da Justiça, sendo que algumas casas foram demolidas na Rádio Sonda e há diversas famílias notificadas o que tem provocado angústia, medo e depressão.

DESPEJO ATINGE 450 FAMÍLIAS DE SEM TERRA EM MG

O Juiz Walter Zwicker Esbaille Junior mandou despejar as 450 famílias moradoras da usina falida de Ariadnópolis, em Campo do Meio-MG. Ele deu o prazo de sete dias para desfazer a ocupação.

A ocupação do MST revelou-se extremamente produtiva e a decisão pode destruir 1.200 hectares de lavoura de milho, feijão, mandioca e abóbora, 40 hectares de horta agroecológica, 520 hectares de café. De acordo com os advogados de defesa das famílias, a decisão é arbitrária e fere princípios constitucionais ao não reconhecer valores de dignidade humana. A audiência aconteceu de maneira atípica. Houve restrição para a entrada da representação das famílias acampadas e impedimento de autoridades que se deslocaram para acompanhar a audiência. O MST está recorrendo da decisão.

ROLA NA RAMPA

Inglês realiza mais uma Jornada sobre Tradução, Linguagem e Cultura

No dia 10/11 o Departamento de Inglês realizou a 15ª Jornada de Reflexões sobre Tradução, Linguagem e Cultura. Com a organização das professoras Glória Regina Loreto Sampaio e Leila Cristina de Mello Darin e a coorganização de

Alzira Leite Vieira Allegro, Victoria Claire Weischtordt Márcia Pedreira e Elaine Trindade, o evento teve o apoio do Grupo de Pesquisa Estudos da Tradução e da Interpretação - ESTI, reunindo professores e estudantes do curso de Inglês da Faficla.



Nas fotos a participação dos estudantes e professoras na Jornada

Livro analisa Sustentabilidade Global e Realidade Brasileira

Os professores Regina Maria A. Fonseca Gadelha, Joaquim Carlos Racy, juntamente com os demais autores da coletânea, convidam a comunidade da PUC-SP para o lançamento do livro Sustentabilidade Global e Realidade Brasileira, que acontecerá na Livraria da Vila, Alameda Lorena nº

1731 - Jardim Paulista, no dia 23 de novembro, às 19 horas. Por ocasião do lançamento do livro, os autores farão breve exposição sobre seus artigos. A publicação tem como objetivo a análise teórica e política dos problemas do meio ambiente, no âmbito brasileiro e internacional.

Congresso Internacional discute proteção ao trabalho

Entre os dias 22 e 24/11 acontece no Campus Perizes da PUC-SP o I Congresso Internacional da Proteção ao Trabalho e o IV Encontro Nacional de Saúde do Trabalhador. O evento acontece nos períodos da manhã, tarde e noite,

sempre com mesas temáticas no auditório 239. O evento é uma realização da PUC-SP juntamente com diversas entidades profissionais. Maiores informações podem ser obtidas no endereço eletrônico congresso.saudedotrabalhador@gmail.com.

CONVITE

IV Poster Session on Human Rights and Life Stories

ONDE:
Sala 119-A / 1º andar

QUANDO:
27 de novembro às 10h00

OBJETIVO:

Compartilhar e discutir pesquisas feitas pelos alunos do 1º ano do curso de Letras: Tradução Inglês/Português.



PUC-SP FAFICLA - Depto. de Inglês

